



# PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

CEP 38.490 - ESTADO DE MINAS GERAIS

N.º :  
Assunto : INDIANÓPOLIS 50 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA  
Serviço :  
Data : LEI Nº 770/89

INSTITUI O IMPOSTO SOBRE VENDAS A VAREJO DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS E GASOSOS - IVV.

A Câmara Municipal de Indianópolis, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, APROVOU, e eu, SANCIONO e PROMULGO a seguinte Lei:

Art. 1º - Integra o Sistema Tributário do Município o Imposto Sobre Vendas de Combustíveis Líquidos e Gasosos - IVV.

Art. 2º - O imposto sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos - IVV tem como fato gerador a venda de combustíveis líquidos e gasosos efetuada no território do Município.

Parágrafo Único: O imposto não incide sobre a venda a varejo de óleo diesel e gás liquefeito.

Art. 3º - Para efeito de incidência do IVV considera-se:

- I - Venda a varejo, toda aquela que, independente da quantidade, são efetuadas ao consumidor final;
- II - Local de venda, o local em que se encontrar o produto no momento de sua alienação.

Art. 4º - Contribuinte do imposto é a pessoa física ou jurídica que realiza a venda a varejo de combustíveis líquidos e gasosos.

Art. 5º - A base de cálculo do imposto



# PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

CEP 38.400 - ESTADO DE MINAS GERAIS

N.º : sobre a venda a varejo de combustíveis líquidos e gasosos é o pre  
Assunto : ço da venda do produto.  
Serviço :  
Data : cento ).

Art. 6º - A alíquota do tributo é de 3% ( três por

Art. 7º - O valor do imposto será apurado mensal -  
mente pelo contribuinte e recolhido aos cofres Municipais até o '  
dia 10 ( dez) do mês superviniente à venda, através de documentos  
de arrecadação previsto no seu regulamento.

Parágrafo Único: O tributo recolhido sujeita-se a  
posterior homologação pela autoridade competente.

Art. 8º - A base de cálculo do imposto será arbit-  
trada pela autoridade fiscal, quando:

I - Não puder ser conhecido o preço efetivo da ven-  
da;

II - Os registros fiscais e a documentação exhibi-  
da, pelo contribuinte, não for digna da fé;

III - O contribuinte ou responsável recusar-se a '  
exibir à fiscalização os elementos necessários à comprovação do '  
preço da venda;

IV - Houver fundada suspeita de que os documentos '  
fiscais não refletem o valor da operação venal.

Art. 9º - O crédito tributário não liquidado na '  
época própria, fica sujeito a atualização monetária e juros mora-  
tórios à base de 1% ( um por cento) ao mês.

Art. 10 - O contribuinte em atraso sujeita-se a '  
multa moratória de:

Ir+Emise tratando de recolhimento espontâneo:

a) - 5% ( cinco por cento ) do valor corrigido do '  
imposto se recolhido até 30 dias após o vencimento;

b) - 20% (vinte por cento) do valor corrigido do '  
imposto, se recolhido após 30 dias contados da data do vencimento



# PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

CEP 38.490 - ESTADO DE MINAS GERAIS

N.º : II - Em decorrência da atuação fiscal:  
Assunto : a) - 30% ( trinta por cento) do valor corrigido do  
Serviço : imposto se recolhido dentro do prazo de 30 dias contados da noti-  
ficação;  
Data : b) - 50% ( cinquenta por cento ) do valor corrigi-  
do do imposto se recolhido após 30 dias da data notificação.

Art. 11 - O sujeito passivo do imposto fica obriga-  
do:

I - A inscrever-se no cadastro de contribuintes do  
tributo, bem como comunicar qualquer alteração contratual ou mu-  
dança de domicílio fiscal, na forma e prazos regulamentares;

II - A apresentar ao fisco, quando solicitado li-  
vros, documentos fiscais e contábeis e informações necessárias à  
apuração do crédito tributário;

III - A facilitar, as tarefas de cadastramento, lan-  
çamento, fiscalização e cobrança do imposto.

Art. 12 - Aplica-se a este tributo, subsidiariamen-  
te as normas constantes do Código Tributário Municipal.


Art. 13 - O imposto sobre a venda de combustíveis  
e gasosos será cobrado a partir do trigésimo dia contado da pu-  
blicação desta Lei.

Art. 14 - O Poder Executivo regulamentará a presen-  
te Lei no prazo de 90 (noventa) dias contados de sua publicação.

Art. 15 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua  
publicação.

Art. 16 - Revogam-se as disposições em contrário.

Indianópolis, 18 de maio de 1.989

  
WESLEY JOSÉ DA ROCHA NAVES  
PREFEITO MUNICIPAL